

CAPÍTULO 1

APOLOGÉTICA: AS BASES

Em 1Pedro 3.15-16, o apóstolo exorta seus leitores:

Antes, santificai a Cristo, como Senhor, em vosso coração, estando sempre preparados para responder a todo aquele que vos pedir razão da esperança que há em vós, fazendo-o, todavia, com mansidão e temor, com boa consciência, de modo que, naquilo em que falam contra vós outros, fiquem envergonhados os que difamam o vosso bom procedimento em Cristo.

DEFINIÇÕES

A apologética cristã (que nada tem a ver com “apologia” no sentido de pedir desculpas) busca servir a Deus e à igreja, ajudando os crentes a levar a cabo a ordem de 1Pedro 3.15-16. Poderemos defini-la como *a disciplina que ensina os cristãos a dar uma razão para a sua esperança*.¹

Creio ser possível distinguir três aspectos da apologética, que discutiremos mais detalhadamente nos capítulos seguintes:

1. *Apologética como prova*: apresentando uma base racional para a fé ou “provando que o cristianismo é verdadeiro”. Jesus e os apóstolos, com frequência, forneceram evidência a pessoas que tinham dificuldade para crer que o evangelho fosse verdadeiro. Observe João 14.11; 20.24-31; 1Coríntios 15.1-11. Os próprios crentes, algumas vezes, duvidaram, e, nesse ponto, a apologética se torna útil para eles, mesmo à parte do seu papel no

diálogo com os descrentes. Isso quer dizer que a apologética confronta a descrença no crente e no descrente.

2. *Apologética como defesa*: respondendo às objeções de descrentes. Paulo descreve sua missão como “... defesa e confirmação do evangelho” (Fp 1.7; cf. v. 16). “Confirmação” talvez se refira ao número 1, citado, mas “defesa” focaliza mais especificamente e fornece respostas a objeções. Muito do escrito de Paulo, no Novo Testamento, é apologético nesse sentido. Pense como, muitas vezes, ele responde a objeções de pessoas imaginárias ou reais na carta aos Romanos. Pense como Jesus lida com as objeções de líderes religiosos no Evangelho de João.

3. *Apologética como ofensiva*: atacando a estultícia (Sl 14.1; 1Co 1.18–2.16) do pensamento descrente. À vista da importância do número 2, não é de surpreender que haja quem defina apologética como a “defesa da fé”.² Contudo, essa definição poderá ser enganosa. Deus chama o seu povo não apenas para responder às indagações de descrentes, mas também para atacar a falsidade. Paulo diz: “Porque as armas da nossa milícia não são carnis, e sim poderosas em Deus, para destruir fortalezas, anulando nós sofismas e toda altivez que se levante contra o conhecimento de Deus, e levando cativo todo pensamento à obediência de Cristo” (2Co 10.4-5). O pensamento não cristão é “estulto”, segundo a Escritura (1Co 1.18–2.16; 3.18-23), e uma das funções da apologética é a de expor tal estultícia como aquilo que ela realmente é.

Esses três tipos de apologética são perspectivamente relacionados.³ Isso quer dizer que cada um deles, tomado completo e corretamente, incluirá os outros dois, de modo que cada um é uma maneira de ver (i.e., uma perspectiva) da totalidade da empreitada apologética. Para fornecer uma explicação completa da razão da crença (nº. 1), a pessoa terá de justificar o raciocínio contra as objeções (nº. 2) e as alternativas (nº. 3) colocadas pelos descrentes. Igualmente, uma explicação completa do número 2 incluirá os números 1 e 3, e uma explicação completa do número 3 incluirá os números 1 e 2.⁴ Portanto, de certa maneira, as três formas de apologética são equivalentes. Não obstante, será bom distinguirmos essas três perspectivas, pois elas certamente representam ênfases diferentes e genuínas que se complementam e se fortalecem. Por exemplo, um argumento em favor da existência de Deus (perspectiva nº. 1) que não leve em conta as objeções dos incrédulos ao mesmo argumento (nº. 2) ou à maneira que esses incrédulos se satisfazem com suas cosmovisões alternativas (nº. 3) enfraquecerá o próprio argumento. Assim, em termos de apologética, será quase sempre útil indagar se um argumento tipo 1 poderá ser melhorado com alguma argumentação suplementar do tipo 2 ou 3 ou ambos.⁵

PRESSUPOSIÇÕES

Nosso versículo tema, 1Pedro 3.15, começa dizendo: “... santificai a Cristo, como Senhor, em vosso coração”. O apologeta tem de ser crente comprometido com o senhorio de Cristo (cf. Rm 10.9; 1Co 12.3; Fp 2.11).⁶

Alguns teólogos apresentam a apologética quase como se fosse uma exceção desse compromisso. Dizem-nos que, quando argumentarmos com descrentes, deveremos não argumentar com base em critérios ou padrões derivados da Bíblia. Argumentar dessa maneira, eles dizem, seria tendencioso. Deveremos, antes, apresentar ao incrédulo um argumento sem preconceito, um que não contenha suposições religiosas contra ou a favor, um que seja neutro. Segundo essa visão, deveremos usar critérios e padrões que o próprio descrente possa aceitar. Assim, lógica, fatos, experiência, razão e coisas como tais se tornariam fontes da verdade. A revelação divina, especialmente a Escritura, fica, assim, totalmente excluída.⁷

Tal argumento poderá parecer simples bom senso comum: uma vez que Deus e Escritura são precisamente as matérias em questão, obviamente não deveríamos fazer suposições sobre elas mesmas em nosso argumento. Isso seria usar um raciocínio circular. Também poria um fim ao evangelismo, pois, se exigirmos que o descrente assuma a existência de Deus e a autoridade da Escritura a fim de entrar no debate, certamente ele não consentirá. A comunicação entre crentes e incrédulos seria impossível. Portanto, deveríamos evitar a colocação de quaisquer requisitos desse tipo, e prosseguir, argumentando em bases de completa neutralidade. Poderíamos, até, jactar-nos diante do descrente de que nosso argumento somente pressupõe os critérios que ele também aceita (lógica, fato, consistência ou o que seja).

Esse tipo de apologética é, algumas vezes, chamado de método clássico ou tradicional,⁸ dado que reivindica que muitos o defenderam por intermédio da história da igreja, particularmente os apologetas do século 2º (Justino Mártir, Atenágoras, Teófilo e Aristides), o grande pensador do século 13, Tomás de Aquino, e muitos dos seus seguidores até o presente, como Joseph Butler († 1752) e seus seguidores, e, de fato, a grande maioria dos apologetas contemporâneos.⁹

Ao dizer que os apologetas tradicionais defendem a “neutralidade”, não estou argumentando que, quando fazem apologética, eles tentem colocar à parte o seu compromisso cristão. De fato, muitos deles creem que seu tipo de apologética é sustentado pela Escritura e que, portanto, santifica “a Cristo, como Senhor” no “coração”. Eles, no entanto, dizem aos incrédulos que pensem com neutralidade durante o encontro apologético, procurando, eles mesmos, desenvolver um argumento neutro, um que não tenha pressuposições distintamente bíblicas.

Coloco-me distante de, até mesmo, desejar declarar que tal tradição seja sem valor. Mas precisamente sobre o ponto em questão, a questão da neutralidade, eu não creio que ela seja bíblica. O raciocínio de Pedro, em nosso versículo tema, é bem diferente. Para Pedro, a apologética não é uma exceção do abrangente compromisso com o senhorio de Cristo. Ao contrário, a situação apologética é uma em que temos de santificar “a Cristo, como Senhor” no “coração” para falar e viver de maneira que exalte seu senhorio e encoraje outros a fazer o mesmo. Em um contexto mais amplo, Pedro está dizendo a seus leitores que façam aquilo que é certo, a despeito da oposição dos incrédulos (vs. 13-14). Diz que não os temamos. Certamente seu ponto de vista não era que, em apologética, deveríamos colocar algo menos do que a verdade em função do medo de a própria verdade ser rejeitada.

Pedro, ao contrário, diz que o senhorio de Jesus (e, por conseguinte, da verdade de sua Palavra, pois como poderíamos chamá-lo “Senhor” e não fazer o que ele diz [Lc 6.46]?) é nossa ultimada pressuposição.¹⁰ Uma proposição última é um compromisso de coração, uma confiança final. Confiamos em Jesus Cristo como sendo questão de vida eterna ou de morte. Em sua sabedoria acima de qualquer sabedoria. Em suas promessas acima de quaisquer outras. Ele nos chama para lhe dedicar toda a nossa lealdade e não permitir que outra lealdade rivalize com a que lhe é devida (Dt 6.4ss.; Mt 6.24; 12.30; Jo 14.6; At 4.12). Obedecemos a sua lei, mesmo quando ela conflita com leis menores (At 5.29). Uma vez que cremos nele com maior certeza que cremos em qualquer outra coisa, ele (e, portanto, sua Palavra) é o próprio *critério*, o *padrão* final de verdade. Que maior padrão possivelmente haveria? Que padrão seria mais autoritário? Que padrão seria mais claramente conhecido (ver Rm 1.19-21)? Que autoridade, em última instância, validaria todas as outras autoridades?

O senhorio de Cristo não é somente último e inquestionável, não apenas acima e além de todas as autoridades, mas também cobre todas as áreas da vida humana. Em 1Coríntios 10.31, lemos: “Portanto, quer comais, quer bebais ou façais outra coisa qualquer, fazei tudo para a glória de Deus” (cf. Rm 14.23; 2Co 10.5; Cl 3.17, 23; 2Tm 3.16-17). A demanda de nosso Senhor sobre nós é toda abrangente. Temos de buscar agradá-lo em tudo o que fazemos. Nenhuma área da vida humana é neutra.¹¹

Certamente, esse princípio inclui a área do pensamento e do conhecimento. O temor do Senhor é o princípio do saber, diz o autor de Provérbios (1.7; cf. Sl 111.10; Pv 9.10). Aqueles que não são trazidos ao temor do Senhor sequer podem ver o reino de Deus (Jo 3.3).

O ponto não é se os descrentes são simplesmente ignorantes da verdade. Antes, Deus se revelou a cada pessoa com evidente claridade, tanto na

criação (Sl 19; Rm 1.18-21) quanto na natureza do homem (Gn 1.26ss.). Em certo sentido, o incrédulo conhece Deus (Rm 1.21). Em algum nível de sua consciência ou inconsciência permanece tal conhecimento.¹² A despeito desse conhecimento, o incrédulo intencionalmente distorce a verdade, substituindo-a pela mentira (Rm 1.18-32; 1Co 1.18–2.16 [observe especialmente 2.14]; 2Co 4.4). Portanto, o descrente é “enganado” (Tt 3.3). Ele conhece a Deus (Rm 1.21) e, ao mesmo tempo, não conhece a Deus (1Co 1.21; 2.14).¹³ Evidentemente, esses fatos suportam o ponto de que a revelação de Deus tem de governar a nossa aproximação apologética. O descrente não pode (e não quer) chegar à fé à parte do evangelho da salvação revelado na Bíblia. Nós também não saberíamos a respeito da condição do incrédulo à parte da Escritura. E não poderemos alcançá-lo apologeticamente a menos que estejamos dispostos a ouvir os princípios apologéticos da própria Escritura.

Isso significa não apenas que o *apologeta* tem de santificar a “Cristo como Senhor” em seu coração, mas também que seu argumento tem de pressupor esse senhorio. Nosso argumento tem de ser uma exposição do conhecimento e da sabedoria baseados no “temor do Senhor”, não uma exibição de estultícias da incredulidade. Portanto, o argumento apologético, como em tudo o que fazemos, tem de pressupor a verdade da Palavra de Deus. Aceitamos a autoridade de Deus ou a rejeitamos, e não aceitá-la é pecado. E isso, não importando se conversamos com não cristãos. Nesse caso – especialmente nesse caso (pois estaríamos dando testemunho) – teríamos de ser fiéis à revelação do Senhor.

Dizer ao incrédulo que podemos arrazoar com ele em uma base neutra, por mais que possa atrair sua atenção, é uma afirmação mentirosa. De fato, é uma mentira do mais sério tipo, pois falsifica o cerne do evangelho – a confissão de que Jesus é o *Senhor*. Por essa razão, não há neutralidade. Nosso testemunho será a sabedoria de Deus ou a estultícia do mundo. Nada poderá haver no meio delas. E mais: mesmo se a neutralidade fosse possível, seria um caminho que nos é proibido.

ARGUMENTO CIRCULAR?

Seria o caso de abraçarmos o argumento circular? Somente em um sentido. Nós não somos chamados a usar um argumento como: “A Bíblia é verdadeira; portanto a Bíblia é verdadeira”. É bem legítimo, como observaremos, argumentar na base de evidência como o testemunho de quinhentas pessoas acerca da ressurreição de Cristo (1Co 15.6). Os relatos de testemunhas oculares poderão ser usados argumentativamente como segue: “Se as aparições de Jesus após a ressurreição foram bem atestadas, então a ressurreição é um fato. Suas aparições foram bem atestadas, portanto, a ressurreição é um fato”. Esse não é um argumento circular em qualquer